

PREFÁCIO

Na história brasileira, a questão agrária (entendida como os problemas que a estrutura fundiária gerou ao desenvolvimento e às populações) sempre se fez sentir pelas comunidades que viviam e se reproduziam socialmente no campo e, posteriormente, com o ciclo urbano/industrial no século XX, também foi sentida pelos(as) trabalhadores(as) urbanos(as). Por outro lado, a classe dominante sempre buscou ignorar, ou até mesmo negar, a existência de uma questão agrária brasileira; fato que se repete na atualidade, com intelectuais que desconsideram as contradições do agronegócio.

Nascemos como uma colônia de exploração em meio ao desenvolvimento do capitalismo mercantil, que se estruturou a partir de empreendimentos econômicos fundados na concentração da terra e no trabalho escravizado. A terra concentrada não era apenas um fator de produção, mas também um elemento de prestígio social e instrumento de dominação política. Um regime fundiário embasado na “doação de terras” para portugueses, durante o período colonial, expropriou nossos povos originários que resistiram e lutaram. Associa-se a essa resistência popular a intensa luta dos negros escravizados.

Em meio à crise de renovação da força de trabalho escravizada, veremos a terra se tornar uma mercadoria, através da *Lei de Terras* de 1850, podendo ser acessada apenas por meio de compra e venda. Em breve, a força de trabalho se tornaria juridicamente livre, mas sobre a terra recairiam os grilhões e as cercas.

Na República, as terras devolutas passariam ao controle dos governos estaduais, representantes diretos dos interesses dos latifundiários que ampliaram imensamente suas posses ao incorporar terras públicas a seu patrimônio. O trabalho formalmente livre passou a ser subjugado às relações de dependência pessoal com imensa exploração, à medida que o latifundiário internalizava em sua fazenda a força de trabalho, buscando completar as parcas diárias pagas com as lavouras de subsistências plantadas pelas próprias famílias camponesas. Nesse período, o total controle das terras pelos latifundiários implicava o domínio sobre pessoas e populações inteiras e seus destinos. A subalternidade se impõe aos camponeses, e a terra se estabelece como fator de dominação e controle político. Mas a resistência popular também se fez presente em grandes movimentos de massas regionais, como o ocorrido em Canudos/BA e Contestado/SC, onde as populações camponesas experimentaram novas formas de organizar sua reprodução social.

Com Getúlio Vargas e o Golpe de 1930 selaram-se pactos com vistas à promoção da industrialização brasileira. Não se interviria nas áreas agrícolas tradicionais já consolidadas, restringindo as ações às fronteiras agrícolas e recorrendo a processos de colonização, além de promover um ciclo de políticas agrícolas setoriais através da formação de diversos institutos e serviços. Com Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas, repactua-se a política de industrialização com o setor latifundiário, agora com a finalidade de valorizar as terras a partir de investimentos públicos, sobretudo projetos rodoviários.

O desenvolvimento da industrialização e a introdução das relações capitalistas de produção agravaram os problemas das populações no campo, à medida que tais relações de produção começaram a se estabelecer, gerando um intenso processo de expulsão de camponeses(as) do interior das fazendas. Soma-se a isso a valorização das terras no interior do país. Entre as décadas de 1940 e 1960 explodiu a luta camponesa em nosso país, surgindo organizações de classe como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e as Ligas Camponesas. A radicalidade da vida no campo requeria uma saída também radical. Nesse ambiente, formulou-se a palavra de ordem “Reforma agrária, na lei ou na marra”.

No entanto, o desenlace dos impasses do desenvolvimento brasileiro, e da questão agrária que o marcava, veio através de um golpe político que instituiu uma ditadura militar. Inicialmente, anunciou-se o Estatuto da Terra, que trouxe uma novidade histórica: a terra deveria cumprir uma “função social”. No entanto, o caminho dos militares foi outro. Tomando por base a nova estrutura industrial existente no país, produto do processo de industrialização (em 1964 já se encontrava em formação no país uma indústria voltada para a agricultura), eles optaram pela modernização da base técnica de produção dos latifúndios e, com ela, o fortalecimento do trabalho assalariado no campo. Buscaram também expandir a fronteira agrícola para os capitais agrários e “urbanos” (industrial, comercial, bancário), através dos projetos agropecuários na Amazônia Legal e suas vultosas isenções fiscais. O mercado de terras se nacionaliza e os títulos de propriedade entram no circuito monetário. A terra passou agora a ser um ativo financeiro.

Na década de 1980, as relações de produção capitalistas tornaram-se hegemônicas no campo, mas as contradições desse processo geraram diversas lutas e fizeram surgir organizações como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Sem

Terra (MST), os Seringueiros e seu Conselho Nacional, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de imensas greves de assalariados rurais. A luta do campo se articula com a luta nas cidades e o regime militar é deposto, iniciando a Nova República, prometendo, em seu I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), assentar 1,4 milhão de famílias. Mas logo a luta camponesa compreendeu que isso não se efetivaria, e não se poderia esperar pelo governo, assim as ocupações de terras se multiplicaram por todo o país.

Nos anos 1990, a classe dominante brasileira embarcou na onda neoliberal – e, com ela, a privatização e a desnacionalização se intensificaram –, e a vida dos trabalhadores se precarizou. Se no primeiro mandato de FHC, com o Plano Real, a agricultura capitalista entra em crise e a luta camponesa por terra avança; no segundo mandato, a solução de mercado para a questão agrária é apresentada com o Banco da Terra em sua centralidade. Mas foram as mudanças macroeconômicas desse segundo mandato que apresentaram maior efeito no campo brasileiro. A estratégia de obtenção de saldos na balança comercial, a partir de exportações de produtos primários, para ampliar as reservas cambiais a fim de dar tranquilidade ao capital especulativo, é reformulada e aplicada.

Nesse novo contexto, veremos emergir o agronegócio, agora como expressão do modelo agrícola dirigido e dominado pelo capital financeiro, sinalizando uma nova configuração da luta de classes no campo. Estava em curso uma nova aliança de classes que buscaria enfrentar a questão agrária, composta pela empresa rural capitalista e pelas empresas transnacionais. Essas forças blindavam os latifúndios improdutivos como áreas para futura expansão dos seus capitais. Mas essa aliança não teria a força que demonstrou ter sem o amparo das políticas públicas de governos, tanto de administrações neoliberais (FHC) como de neodesenvolvimentistas (Lula e Dilma). Ao não romper com o capital financeiro, o modelo macroeconômico dos governos neodesenvolvimentistas

ficou dependente das exportações dos produtos primários (agrícolas e minerais), com graves implicações para a economia nacional (uma delas é desindustrialização) e para a questão agrária.

O livro que agora chega em suas mãos tem a valorosa virtude de atualizar a questão agrária na contemporaneidade. O autor, ao explicar os vínculos do nosso desenvolvimento em meio à crise estrutural do capitalismo, localiza pertinentemente o surgimento do agronegócio como produto das relações globais.

Nesse contexto, ele indica que “a questão agrária se reconfigurou, conectando-se às novas contradições do desenvolvimento dependente brasileiro e, simultaneamente, constituindo-se em vetor de transmissão do padrão destrutivo da produção capitalista”¹.

É raro ver na academia brasileira documentos que, de forma tão clara, elucidam a atualidade da questão agrária. Este livro ainda coloca a questão agrária como um fator central a ser “desenrolado” na busca do desenvolvimento brasileiro, recolocando-a no centro desse debate, o que, talvez, seja um dos grandes méritos deste material. Novamente recorrendo às palavras do autor:

no passado, a questão agrária condicionou a formação econômica nacional brasileira [...] determinando uma “forma de acumulação truncada”, nos termos de Francisco de Oliveira (2003). Hoje, o padrão de acumulação centrado na especialização produtiva de *commodities* (OSÓRIO, 2012), sujeito à crise estrutural do capital e conduzido pela financeirização da economia global, incide diretamente na reconfiguração da questão agrária, trazendo-a, novamente, para o centro

1 Trecho do capítulo 5 deste livro (p. 82).

do problema do desenvolvimento nacional como uma de suas contradições mais explosivas².

Através de dados ele apresenta ao leitor, de maneira clara, informações sobre as implicações do agronegócio para os povos do campo e para os trabalhadores das cidades, sugerindo que são contradições explosivas. De fato, as questões elencadas por Frederico Daia Firmiano, na segunda parte do livro, são elementos fundamentais que devem ser compreendidos, tendo em vista a gravidade de suas consequências. Elas são altamente explosivas e estão no centro do debate nacional, e para o autor tornaram-se “o centro crítico da questão agrária na atualidade”³.

Ao concluir a obra em 2019, ele já indicava a tendência de o governo eleito em 2018 acentuar as contradições da questão agrária brasileira que, lamentavelmente, foi confirmada. Entre agosto de 2018 e julho de 2019, foram desmatados 1,1 milhão de hectares da Floresta Amazônica e, no mesmo período em 2020, outro milhão de hectares. No Cerrado, em 2020, foram desmatados 743 mil hectares. Nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro foram liberados mais de 900 agrotóxicos – parte deles proibidos em seus países de origem. A elevação dos preços dos alimentos nesse mesmo ano ultrapassou 15%, enquanto a inflação geral ficou em 4,3%. O óleo de soja teve seu preço elevado em 94%, mesmo sendo o Brasil o segundo maior produtor de soja do mundo. O preço do arroz aumentou 69,5% e o do feijão preto, 41%. Fica evidente que esses aumentos impactam diretamente a população trabalhadora, que tem cerca de 15 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza, e ampliam a fome.

2 Trecho da introdução deste livro (p. 21).

3 Trecho da introdução deste livro (p. 14).

A pauta apresentada por esse governo ao Congresso Nacional, na abertura de seus trabalhos em 2021 – além das reformas administrativa, tributária e as privatizações (petróleo, gás, sistema elétrico) –, propõe aprovar projetos que desregulam o licenciamento ambiental, concedem as Florestas Nacionais para a iniciativa privada e autorizam a mineração em terras indígenas. Busca também aprovar a regularização fundiária, seguindo sua sanha de apropriação das terras públicas que, em outras palavras, é a forma moderna da velha grilagem, mais especificamente, as terras dos assentamentos rurais que, sob pressão, estão sendo tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Apesar da gravidade da situação de famílias que vivem e se reproduzem no campo, e para parcelas importantes das populações das cidades, a mensagem que fica da leitura deste livro, pelo menos para mim, é um tanto animadora. As enormes contradições apontadas por Frederico poderão servir de base material para o irrompimento de intensas lutas e processos organizativos populares, que permitam acumular força para um projeto popular, impondo derrotas a essa avalanche conservadora, retrógrada, antidemocrática e fascista. Cabe agora “arregaçar as mangas” e contribuir com a organização popular.

Uma boa leitura a todos(as).

Adalberto Martins

*Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores
Rurais Sem Terra (MST)*

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2021